



ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DE SÃO PAULO

Rua Barão de Tatuí, 544

São Paulo - SP - Brasil - CEP 01226-030

Fone/Fax: (11) 3667-7866 / 825-7126 / 825.7317 / aec-sp@aec-sp.org.br

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Ricardo Tescarolo

Planejar é um processo permanente que se propõe sistematizar e organizar com antecedência um conjunto consciente, intencional e integrado de ações de intervenção na realidade para transformá-la mediante a definição de expectativas, metas, recursos, conseqüências e um sistema de controle e regulação.

Ações desarticuladas, episodicamente promovidas ou casualmente justapostas não constituem planejamento, pois “é preciso que os atos singulares se articulem ou se estruturem, como elementos de um todo, ou de um processo total, que culmina na modificação de uma realidade”.¹

Um planejamento eficaz — e aqui vamos nos referir especificamente ao planejamento das formas de organização do conhecimento escolar, i.e, do currículo —, supõe uma natureza ágil e flexível capaz de enfrentar a realidade atual, extremamente complexa e dinâmica. Precisa, portanto, ser pensado e realizado cooperativamente, de modo a integrar na sua construção o esforço de todos os educadores, pois apenas tal cumplicidade garantirá a sua contextualização, significação, relevância e eficácia.

No entanto, o planejamento deve sempre levar em conta as diferenças pessoais, pois é discutido e decidido na heterogeneidade: cada educador traz consigo experiências e conhecimentos próprios que, se por um lado enriquecem o debate e garantem legitimidade e eficácia ao processo, por outro provocam divergências, confrontos e, às vezes, intransigência e desconforto.

Isso implica o reconhecimento da necessidade de alguns pressupostos, como o exercício da tolerância e da negociação que promove o consenso; o estudo, a pesquisa e a reflexão para fundamentar posições e propiciar alternativas; e a abertura e a flexibilidade, visando à finalidade pela qual todos se empenham.

¹ Vasquez, A. S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2a ed., p. 186.

Para tanto, a instituição escolar deve propiciar condições para que os educadores desenvolvam as competências imprescindíveis para promoverem relações interpessoais de natureza cooperativa, que levará em conta as realidades internas da escola e do seu entorno, tanto cultural e social, quanto político e econômico, além dos reflexos na escola do confronto entre essas dimensões interna e externa.

O currículo, como forma de organização do conhecimento escolar, deve igualmente reconhecer que “desenvolver atividades pedagógicas sem levar em consideração o nível conceitual do aluno e seu estado de espírito é temerário. Da mesma forma, insistir em ensinar ao aluno o que ele já sabe é tedioso. Aqui está a sabedoria do trabalho docente e curricular.” Isto não significa, porém, que o professor não seja mais importante. Ao contrário, seu papel passa a ser ainda mais decisivo. No entanto, sua intervenção precisa mudar profundamente. Afinal, no cenário educacional contemporâneo, o “melhor professor é aquele que ensina o aluno a aprender, tendo como maior aliado a realidade que envolve os seus alunos em desafios cada vez mais complexos. Cabe aqui o professor como facilitador ou mediador, consciente de que o tipo de relacionamento com seus alunos afeta profundamente os resultados, facilitando, dificultando ou até bloqueando a aprendizagem”.²

Neste sentido, uma das tarefas centrais do planejamento curricular é a definição dos critérios de organização dos conhecimentos curriculares, dos códigos subjacentes à sua estrutura, dos dispositivos de mediação e dos modos de acessá-los, bem como o reconhecimento dos sistemas culturais que os legitimam e dos interesses envolvidos na sua produção.

Deve-se, como consequência, estabelecer uma discussão teórico-prática que fundamente uma decisão cooperativa na definição dos objetivos, dos conteúdos e das instâncias e situações de aprendizagem. O currículo se concretizará, assim, mediante um planejamento caracterizado pela elaboração individual e cooperativa de um grupo de educadores que irão executá-lo considerando as necessidades dos alunos e o discernimento do que significa educar.

² GOMES, Solange. *Língua Portuguesa 4ª – Coleção Vitória Régia*. Introdução (XXII-XXIII). São Paulo: Editora Lago/IBEP, s/d.

A avaliação, como elemento decisivo no processo de planejamento curricular, assume a função de regular o ritmo do ensino ao da aprendizagem e supõe a convicção de que o erro não é um desvio a ser castigado, mas uma informação reguladora do processo.

Assim, a avaliação, inscrita no planejamento do currículo da escola, será coerente com uma prática educativa renovada que se propõem formar o aluno para a pesquisa, desenvolver o hábito de estudo diário, romper o vício de estudar somente na véspera de provas e valorizar todos as atividades formativas e não somente as que “valem nota”.

Enfim, uma avaliação com pretensões a ser formativa:

- deve produzir novas situações de aprendizagem;
- deve ser consistente e coerente com os objetivos, os métodos e os dispositivos didáticos assumidos no planejamento curricular;
- precisa considerar o conhecimento real do aluno e seu potencial de aprender;
- não pode depender de classificações meramente quantitativas;
- deve promover um ambiente de sinceridade e confiança em que as críticas e as sugestões sejam encaradas como naturais.